



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

RESOLUÇÃO PGE Nº 2947

DE 06 DE ABRIL DE 2011.

**ALTERA CLÁUSULA DE HABILITAÇÃO JURÍDICA DE MINUTAS-PADRÃO DE EDITAL DE CONCORRÊNCIA, TOMADA DE PREÇO E CONVITE PARA REALIZAÇÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS.**

A **PROCURADORA-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo n.º E-14/12028/2003,

Considerando a orientação traçada no Parecer GAB nº 15/03- MJVS, no Parecer JUCERJA/PJ nº 06/GSM e na Promoção nº 02/2004- MJVS, no Parecer n.º 06/11 FAAR;

**R E S O L V E:**

Art. 1º - Fica alterada a **subcláusula 6.3.1 de HABILITAÇÃO JURÍDICA** das Minutas-Padrão de Edital de Concorrência – Compras e Serviços (aprovadas, respectivamente, pela Resolução PGE nº 2796 de 27 de abril de 2010 e pela Resolução nº 2795 de 27 de abril de 2010), Tomada de Preços - Compras e Serviços - (aprovadas, respectivamente, pela Resolução PGE nº 2798 de 27 de abril de 2010 e pela Resolução PGE nº 2797 de 27 de abril de 2010) e de Convite – Compras e Serviços (aprovada, respectivamente, pelas Resoluções PGE nº 2800 de 27 de abril de 2010 e pela Resolução PGE nº 2799 de 27 de abril de 2010), passando a conter a seguinte redação:

“6.3.1 Para fins de comprovação da habilitação jurídica, deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos:

- a) Cédula de Identidade e CPF dos sócios ou dos diretores;
- b) Registro Comercial, no caso de empresário pessoa física;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) A sociedade simples que não adotar um dos tipos regulados nos arts. 1.039 a 1.092, deverá mencionar, no contrato social, por força do art. 997, inciso VI, as pessoas naturais incumbidas da administração;
- g) Ata da respectiva fundação, e o correspondente registro na Junta Comercial, bem como o estatuto com a ata da assembléia de aprovação, na forma do artigo 18 da Lei nº

5.764/71, em se tratando de sociedade cooperativa.”

Art. 2º - Eventuais dúvidas ou esclarecimentos em relação às cláusulas constantes desta minuta-padrão deverão ser formalmente encaminhadas à Coordenadoria Geral do Sistema Jurídico (PG-15).

Art. 3º - A presente Resolução deverá ser divulgada mediante a remessa de cópia de seu inteiro teor às Assessorias Jurídicas da Administração Direta e Indireta e, ainda, na página da internet da Procuradoria Geral do Estado.

Art. 4º - A presente Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 06 de abril de 2011.

**(ORIGINAL ASSINADO)**  
**LUCIA LÉA GUIMARÃES TAVARES**  
**Procuradora-Geral do Estado**